

# Sindicato denuncia reajuste

*Conversão em URV  
resultará em aumento 80%  
superior aos reajustes  
concedidos aos professores*

ROSA BAPTISTELLA

O Sindicato dos Professores (Sinpro) denunciou ontem aumento abusivo de preços praticado por escolas particulares de São Paulo. Segundo cálculos do sindicato, se forem descontados os reajustes concedidos aos professores em doze meses findos em fevereiro, ainda assim as escolas terão obtido um aumento nos preços da ordem de 80%. As escolas admitem que a folha de pagamento corresponde a 70% das despesas dos estabelecimentos de ensino. A denúncia do Sinpro se baseia na fórmula de conversão das mensalidades em URV que passa a vigorar em abril.

A fórmula do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieeesp), segundo os professores, não só expurga dos salários a inflação de fevereiro — cobrada dos pais no início de março — como embute 3% referentes a uma política salarial que acabou.

"As escolas estão cobrando o índice sem ter certeza de que vão repassá-lo para os salários", afirmou ontem o presidente do Sinpro, Luiz Antonio Barbagli. "É uma jogada de

má-fé." O porcentual é sobre do Índice de Recuperação do Salário Mínimo (IRSM), que deixou de vigorar com a Medida Provisória que criou a URV. Os professores querem o cumprimento do acordo coletivo assinado em outubro de 93, que prevê a recuperação das perdas salariais dos últimos 12 meses. A assessoria de imprensa do Sieeesp informou ontem que o reajuste reivindicado pelos professores implicaria aumento de 70% na folha salarial das escolas.

O valor teria de ser repassado aos pais. Os professores, no entender do Sieeesp, combinaram os aspectos mais favoráveis da MP e do acordo para compor a reivindicação. Segundo a assessoria, o sindicato já ofereceu três propostas aos professores: média dos 12 meses em URV; média dos 4 meses em URV e salário de fevereiro em URV, acrescidos de 9% de produtividade.

Para converter as mensalidades em URV, as escolas adotarão a média dos valores cobrados nos últimos quatro meses acrescida de 12,4%, por conta dos 9% de aumento real aos professores mais os 3% do IRSM. Para o Sinpro, trata-se do "pulo do gato" porque as escolas sempre co-

bram o mês que está vencendo e pagam o mês vencido. Já cobraram o aumento e não repassaram. De acordo com os índices de aumento ditados pelo sindicato nos últimos 12 meses, as mensalidades subiram 3.735% enquanto os salários terão um reajuste de 2.027%, a se completar com o pagamento do salário de março no final do mês, conforme os cálculos do Sinpro. "O salário é usado como escudo para justificar os aumentos abusivos", comentou ontem o presidente da Associação Intermunicipal de Pais e Alunos, Mauro Bueno. Ele defendeu a unificação da luta de pais e professores. "Temos de somar esforços."

Barbagli disse que a categoria — cerca de 70 mil no

Estado, dos quais 35 mil atuam na Capital — poderá decretar greve a partir de 9 de abril, caso não sejam reabertas as negociações com o Sieeesp. No início de abril, as escolas deverão distribuir os carnês com os valores de mensalidade em URV. A Associação Intermunicipal de Pais (☎ 262-0541) aconselha os pais a boicotar o pagamento até que o governo estabeleça regra de conversão. Para o Procon (☎ 1512), a saída é a interposição judicial.

**D**OCENTES  
PODEM  
DECRETAR GREVE  
EM ABRIL

abusivo de mensalidades